

TIPO

Documentação

Fonte *Ecologia em Notícias*

Data *nov 11 1999 (?)*

97

Ecologia em Notícias 188

JUSTIÇA SUSPENDE AUDIÊNCIAS DA HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

Estão suspensas as cinco audiências públicas marcadas para debater o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e o licenciamento da hidrovia Araguaia-Tocantins - um dos mega projetos do programa Avança Brasil do governo federal. É previsto que ela atravesse os estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará, Goiás e Maranhão, causando impactos significativos em 35 terras indígenas e dez unidades de conservação. O juiz César Augusto Bearsi, da terceira Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, concedeu na última segunda-feira (25/10), liminar favorável à ação impetrada pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA). O advogado do ISA, Fernando Baptista, acusa a Companhia Docas do Pará e a Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia, empresas responsáveis pela obra, de fraudarem dados sobre os impactos que a hidrovia causaria nos rios e nas comunidades indígenas.

As denúncias tem como base documentos dos relatórios dos antropólogos André Amaral Toral, Eduardo Carrara, Luís Roberto de Paula e Paulo Serpa, e do biólogo Afonso Pereira Filho. Os pesquisadores concluíram que a obra vai gerar grandes impactos como assoreamento e poluição no rio, matança e extinção de peixes, além da pressão que os índios sofreriam com a invasão do homem branco. Na decisão do juiz, ele diz que "os documentos demonstram que os laudos feitos pelos antropólogos e o biólogo para compor o estudo foram falsificados pela supressão de partes importantes, exatas em que tais profissionais cientistas faziam restrição ao projeto. Os próprios profissionais fizeram essa denúncia e ela não é negada pela empresa envolvida". O juiz faz a seguinte crítica, "francamente, não se pode basear uma obra deste vulto em uma farsa, muito menos dar conhecimento ao público de tais laudos em audiência aberta, levando todos a crer que é real e sério, quando na verdade foi alterado. A ser permitido tal audiência, o que o público saberá é

apenas o que foi escolhido para lhe mostrar e não os estudos completos feito pelos profissionais habilitados".

AUDIÊNCIAS FORAM SUSPENSAS DUAS VEZES, NESTE ANO

Essa foi a segunda tentativa das empresas Administração das Hidrovias Tocantins-Araguaia e Docas do Pará em realizar audiências públicas. Em setembro, a Justiça Federal do Maranhão concedeu liminar suspendendo as reuniões previstas para terem início no mês passado, em cinco cidades a serem atingidas pela obra da hidrovia. As empresas recorreram ao Tribunal Regional Federal, em Brasília, que cancelou a liminar e as audiências foram reprogramadas. A primeira delas deveria acontecer na última terça-feira (26/10), na cidade de Estreito, Maranhão. A próxima audiência seria em Pedro Afonso, Tocantins (29/10), Conceição do Araguaia, Pará (9/11), Água Boa, Mato Grosso (12/11) e Luís Alves, Goiás (19/11). Além da decisão do juiz César Bearsi, de Mato Grosso, uma decisão semelhante foi proferida também na última segunda-feira (25/10) pelo juiz federal de Goiás, Carlos Humberto de Sousa, que proíbe as audiências públicas, com base numa ação impetrada pelo procurador da República daquele estado.

PESQUISA CONSTATA DESINFORMAÇÃO SOBRE HIDROVIA ARAGUAI-TOCANTINS

A população de Barra do Garças, em Mato Grosso, uma das cidades a ser atingida pela hidrovia Araguaia-Tocantins, não está informada sobre os impactos que a obra pode trazer. É isso que constatou uma pesquisa de opinião pública realizada pelo gabinete do deputado estadual Gilney Viana em parceria com a Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente. A pesquisa foi realizada durante o Seminário sobre ICMS Ecológico, no último dia 21 de junho. Setenta por cento dos entrevistados responderam que detêm informações insuficientes ou desconhecem os impactos sócio-ambientais para a região. Outros dados relevantes da sondagem apontam que, entre os entrevistados que têm informação sobre a hidrovia, 59,52% consideram que os maiores beneficiários do projeto serão "grandes produtores e exportadores". A descaracterização da

paisagem foi apontada como principal prejuízo a ser trazido pelo projeto e ainda foi constatado que os entrevistados defendem que a obra não prejudique o meio ambiente. Segundo os realizadores da pesquisa, os moradores das cidades a serem atingidos pela obra da hidrovía não estão sendo consultados e sequer informados sobre um projeto que lhes diz respeito diretamente.

E•X•P•E•D•I•E•N•T•E

ECOLOGIA EM NOTÍCIAS é uma publicação da *Ecoa*
É enviado para rádios, jornais e Tv's de todo Estado
Produção: Paulo Sérgio da Silva DRT-MS 81
Colaboração: Yara Medeiros (UFMS)
Rua 14 de Julho, 3.169 - Campo Grande/MS
Fone: (067) 724-3230 Fax: (067) 724-9109
E-mail: ecoa@msinternet.com.br

=====#####=====

ECOIA - Ecologia e Ação
Secretaria Executiva da Coalizão Rios Vivos
<http://www.riosvivos.org>
ecoa@msinternet.com.br

Rua 14 de Julho, 3169
Campo Grande - MS
Brasil

Tel/Fax: +5567 724-9109/ 724-3230 e 784-6907.

=====#####=====